

**4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

**DADOS GERAIS**

Local: On-line

Data: 19/04/2023

Horário: 9h35

Participantes: Conforme lista de presença em anexo

Aprovação: 70ª AGO – Dia 28/06/2023

**PAUTA**

1. Atualização sobre o processo de revisão do Plano de Manejo e discussão do número de vagas de cada setor para a Oficina de Planejamento e Revisão do Plano de Manejo;
2. Discussão da minuta do Regimento Interno;
3. Informes gerais.

**ATA**

1 Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, às nove horas, a  
2 presidente do conselho, Sônia Maria Sfair Kinker, deu as boas-vindas aos  
3 participantes e anunciou que a assembleia seria iniciada tão logo o quórum fosse  
4 alcançado. Assim, às nove horas e trinta e cinco minutos, com a presença de  
5 dezessete conselheiros, a presidente do conselho declarou aberta a assembleia.  
6 Ela agradeceu à presença dos participantes, fez breves comentários sobre os  
7 temas propostos e entregou os momentos seguintes à secretaria do conselho para  
8 que fossem repassadas as informações iniciais. Com a palavra, o servidor Oseias  
9 Cordeiro Sartori apresentou a pauta com os seguintes pontos: 1. Atualização sobre  
10 o processo de revisão do Plano de Manejo (PM) e discussão do número de vagas  
11 de cada setor para a Oficina de Planejamento e Revisão do Plano de Manejo; 2.  
12 Discussão da minuta do Regimento Interno; 3. Informes gerais. Na sequência,  
13 Oseias propôs um acordo de convivência, envolvendo propostas voltadas ao bom  
14 andamento da assembleia, tendo sido aceito pelos participantes. Passando para o  
15 **primeiro ponto de pauta**, referente à atualização sobre o processo de revisão do  
16 Plano de Manejo e discussão do número de vagas de cada setor para a Oficina de  
17 Planejamento e Revisão do Plano de Manejo, Sônia começou a apresentação  
18 dizendo que muitos conselheiros já haviam participado de alguma discussão sobre  
19 o assunto nas reuniões setoriais, na CT Monitoria e Revisão do Plano de Manejo

#### **4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

20 ou no próprio conselho. Ao falar sobre o objetivo do ponto de pauta, afirmou que se  
21 tratava de atualizar o conselho sobre o estágio atual da revisão do PM e discutir  
22 com o conselho a planilha de número de vagas por setor para a participação na  
23 oficina de revisão do PM. Após ressaltar que o PM é o principal instrumento de  
24 planejamento das unidades de conservação, discorreu sobre o histórico desse  
25 documento. Afirmou que o primeiro PM foi elaborado para o PARNA Aparados da  
26 Serra, no ano de 1984, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de  
27 Desenvolvimento Florestal (IBDF). Disse que se tratava de um documento  
28 estratégico, construído conforme a metodologia da época, com um número bem  
29 mais reduzido de páginas quando comparado ao PM atual. No ano de 2004, foi  
30 elaborado o PM para os Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, sob  
31 a gestão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
32 Renováveis (IBAMA). Esse documento, ainda vigente, tem cerca de mil páginas. A  
33 diferença de volume foi provocada pelo entendimento da época, quando se julgava  
34 necessário coletar dados primários para subsidiar o zoneamento das unidades de  
35 conservação. Este documento de 2004 passou por uma revisão pontual no ano de  
36 2019, voltada, basicamente para a questão do uso público. Então, no ano de 2022,  
37 o ICMBio priorizou esses parques nacionais e o processo de revisão do PM foi  
38 iniciado em agosto de 2022. Por se tratar de um processo de revisão completa do  
39 PM, serão revistos inclusive as normas e o zoneamento dos parques. Sônia  
40 compartilhou a imagem do zoneamento do PM vigente para mostrar o zoneamento  
41 existente como exemplo de que partes do documento não refletem mais a  
42 realidade. Outros exemplos mencionados consistiram na inexistência de indicações  
43 a respeito da sobreposição com o território quilombola, a disposição das zonas e a  
44 área total da zona de uso intensivo. Sônia comentou que as questões relacionadas  
45 ao zoneamento serão discutidas a partir de um olhar sobre o território e sobre as  
46 demandas que surgiram nas reuniões setoriais. Ela também destacou que o roteiro  
47 metodológico utilizado pelo ICMBio desde 2018 torna o PM novamente um  
48 documento estratégico. Como documento central, o PM traz a importância da  
49 unidade de conservação, os recursos e valores que ela quer proteger, e trabalha o  
50 zoneamento e as normas. Outros detalhamentos são acomodados em planos  
51 específicos, em conformidade com as necessidades das unidades de conservação.  
52 Em seguida, apresentou as nomenclaturas das zonas utilizadas atualmente para a

#### **4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

53 categoria parque nacional. Ao tratar das etapas do processo de revisão do PM,  
54 falou que a etapa preparatória começou em agosto de 2022. No caso do processo  
55 de revisão em curso, discutiu-se na equipe de planejamento e na CT Monitoria e  
56 Revisão do Plano de Manejo a ideia de ampliar as oportunidades de participação  
57 social por meio da realização de reuniões setoriais. Para tanto, foram identificados  
58 os principais setores que interagem com os parques e as reuniões foram  
59 organizadas. Porém, em razão do período eleitoral que se aproximava, as  
60 mobilizações relacionadas às reuniões setoriais foram interrompidas e retomadas  
61 no início de 2023. Ainda assim, o processo avançou em outras frentes, tais como  
62 nas consultas feitas a diversos setores do ICMBio sobre a existência de  
63 informações relevantes para o processo de revisão do PM. Nos primeiros meses  
64 de 2023, as reuniões setoriais foram realizadas e cada setor teve a oportunidade  
65 de tornar conhecidas as suas demandas, as quais foram registradas e serão  
66 analisadas, podendo ser atendidas, passarem por ajustes ou serem rejeitadas.  
67 Seguindo a sequência da apresentação, Sônia passou a discorrer sobre a  
68 realização da oficina. Disse que o evento se iniciará no dia 29 de maio e se  
69 estenderá até o dia 02 de junho de 2023. Nesses cinco dias, os trinta  
70 representantes indicados pelos setores devem trabalhar em conjunto. A oficina será  
71 realizada em um hotel no município de Cambará do Sul e os participantes que não  
72 moram na cidade terão hospedagem, alimentação e transporte disponibilizados  
73 pelo ICMBio. A ideia é proporcionar o maior conforto possível aos participantes para  
74 que eles consigam focar no trabalho a ser realizado. A necessidade de imersão vai  
75 implicar, entre outras coisas, na impossibilidade de substituição dos participantes  
76 durante o período da oficina. Sônia explicou que o resultado/produto da oficina será  
77 a elaboração da primeira minuta do PM. Essa minuta será revisada pela equipe de  
78 planejamento do ICMBio e dará origem a uma segunda versão da minuta. A  
79 segunda versão será enviada aos participantes da oficina, com prazo para análise,  
80 momento no qual poderão ser indicados ajustes no documento, conformando uma  
81 terceira versão da minuta. A terceira minuta vai para o ICMBio Sede para ser  
82 analisada pelas suas diretorias e coordenações (análise técnica), assim como pela  
83 Procuradoria Federal Especializada (PFE) e Advocacia Geral da União (AGU)  
84 (análise jurídica), até chegar ao conselho gestor do ICMBio (diretores e presidente)  
85 e finalmente ser assinada pelo(a) presidente e encaminhada para publicação no

#### **4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

86 Diário Oficial da União (DOU), processo de pode ser concluído em 2023 ou se  
87 prolongar até 2024. Na sequência, Sônia mencionou os setores que terão vagas na  
88 oficina de revisão do PM: Território Quilombola, Moradores do Interior e Entorno  
89 dos Parques, Órgãos Públicos, Concessionária, Condutores e Agências,  
90 Pesquisadores, ONGs, Uso Recreacional, Unidades de Conservação da Região, e  
91 Setor Serviços de Apoio ao Turismo. Também falou sobre as reuniões realizadas.  
92 Disse que aconteceram duas reuniões prévias no mês de dezembro e catorze  
93 reuniões setoriais até o momento da realização da assembleia. Sobre os moradores  
94 do interior e entorno dos parques, Sônia disse que a equipe do ICMBio ainda está  
95 buscando identificar associações de moradores nos municípios de Praia Grande e  
96 Jacinto Machado, solicitando, para essa tarefa, o apoio do conselho. Disse que até  
97 aquele momento, 256 pessoas haviam participado das reuniões setoriais. Ao tratar  
98 das vagas por setor, disse que cada setor deverá indicar os seus representantes,  
99 considerando, entre outras coisas, a disponibilidade dos indicados para o período  
100 da oficina. Também informou que alguns setores estavam encontrando dificuldades  
101 para se articular e definir os representantes. Disse que discutiu esse assunto com  
102 a CT Monitoria e Revisão do PM, onde foi consensuada a ideia de, no momento  
103 oportuno, enviar um e-mail aos setores falando sobre o número de vagas e a  
104 necessidade de indicação de representantes. Na mesma mensagem serão  
105 mencionados os critérios para participação na oficina, privilegiando assim as  
106 instituições que possuem maior interação com os parques. Em seguida, exibiu uma  
107 planilha contendo uma proposta de distribuição de vagas por setores, contendo a  
108 seguinte relação setor/vaga: Território Quilombola (2 vagas); Moradores do Interior  
109 e Entorno dos Parques (2 vagas para a Assoc. Morro Agudo, 1 vaga para  
110 moradores de Praia Grande e 1 vaga para moradores de Jacinto Machado);  
111 Prefeituras (1 vaga para a Prefeitura de Cambará do Sul, 1 vaga para a Prefeitura  
112 de Praia Grande e 1 vaga para a Prefeitura de Jacinto Machado); Geoparque (1  
113 vaga); Concessionária (1 vaga); Condutores e Agências (3 vagas); Serviços (2  
114 vagas); Uso Recreacional (3 vagas); Pesquisa (3 vagas); ONGs (2 vagas); UCs da  
115 Região (1 vaga); ICMBio (1 vaga para a CGEUP, 1 vaga para a CGSAM e 3 vagas  
116 para o NGI Aparados da Serra Geral). Esses setores se distribuem em quatro  
117 grandes grupos: Gestão Socioambiental (7 vagas); Uso Público (10 vagas);  
118 Conservação (9 vagas); Órgãos Públicos (quatro vagas). Voltando à questão dos

#### **4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

119 critérios, Sônia ressaltou que cada setor deve escolher seus representantes e  
120 elencou os critérios propostos pela CT Monitoria e Revisão do PM e pela Equipe  
121 de Planejamento da Revisão do PM: 1. Participação atual ativa no apoio à gestão  
122 dos parques; 2. Histórico de participação; 3. Tempo de participação; 4. Atividades  
123 desenvolvidas junto aos parques; 5. Disponibilidade para participar; 6.  
124 Conhecimento sobre a realidade socioambiental dos parques. Para os diálogos na  
125 Plenária, Sônia propôs que as discussões fossem direcionadas primeiramente à  
126 planilha e depois aos critérios mencionados. Com a palavra, o conselheiro Nelson  
127 Brügger, representante da FGM, perguntou se os setores mencionados se referem  
128 aos setores do conselho ou ao conjunto de instituições que participaram das  
129 reuniões setoriais. Sônia respondeu que os setores se referem às instituições que  
130 participaram das reuniões setoriais. Então o conselheiro Nelson perguntou se a  
131 deliberação sobre a escolha das entidades não seria tomada no conselho. Sônia  
132 respondeu que a deliberação sobre os indicados seria feita pelos setores. Diante  
133 da resposta, Nelson disse que no conselho as vagas estão divididas por setores e  
134 perguntou se o processo de revisão do PM exige a participação do conselho. Sônia  
135 respondeu que sim, afirmando que a pauta em discussão era um exemplo de  
136 participação do conselho. Nelson então perguntou se não seria mais adequado que  
137 a definição de setores fosse tomada pela Plenária do conselho, visto que uma  
138 instituição que esteja fora do conselho há muito tempo não terá condições de  
139 valorar os critérios elaborados. Nessa direção, disse que o mais razoável seria que  
140 os setores do conselho colocassem as indicações e isso passasse pela Plenária do  
141 conselho, porque a Plenária tem condição de saber quem atende aos critérios  
142 propostos. No caso de instituições que estão fora do conselho, além de não terem  
143 as mesmas condições de valorar os critérios podem não ter interesse, porque,  
144 legitimamente, querem disputar uma vaga. Nesse sentido, Nelson sugeriu que se  
145 valorizasse o próprio conselho como instância de definição das instituições,  
146 mediante os critérios estabelecidos. Com a palavra, o conselheiro Michel Quadros  
147 Velho, representante da ACONTUR, disse que concordava com as colocações do  
148 conselheiro Nelson e perguntou sobre as três vagas destinadas a condutores e  
149 agências. Propôs que as três vagas fossem destinadas às associações de  
150 condutores e fosse aberta outra vaga para agências. Com a palavra, a conselheira  
151 Letícia Bolzan, representante do Instituto Curicaca, disse que a participação mais

#### **4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

152 concentrada do uso público deveria acontecer após a conclusão do processo de  
153 revisão do PM, no momento de elaboração de um plano específico, como está  
154 ocorrendo no REVIS Ilha dos Lobos. Segundo a conselheira, na oficina do plano de  
155 manejo é muito importante a participação de instituições e técnicos que conheçam  
156 de fato a biodiversidade, para a definição dos recursos e valores fundamentais da  
157 unidade de conservação, com base na compreensão adequada das ameaças  
158 associadas. Nesse sentido, é preciso aumentar a participação de pesquisadores  
159 que conhecem os ambientes (floresta com araucária, campos de altitude,  
160 banhados, turfeiras e as espécies ameaçadas), propiciando a participação de  
161 instituições que tenham competência e responsabilidade para a conservação.  
162 Segundo a conselheira, as interações com o entorno estão descobertas, havendo  
163 a necessidade da participação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental  
164 Henrique Luis Roessler (FEPAM), FATMA (atualmente substituída pelo Instituto de  
165 Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
166 e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Por fim, disse que o Geoparque é  
167 um consórcio entre prefeituras, o que denota uma sobreposição com as prefeituras  
168 para o caso das vagas. Com a palavra, Sônia respondeu à conselheira Letícia que,  
169 de fato, após a conclusão do plano de manejo haverá necessidade de pensar nos  
170 planos específicos. Porém, na revisão do PM todos os setores interessados  
171 precisam participar. Como os parques têm objetivo de gerar oportunidades de  
172 visitação, propiciando, como consequência, contribuições ao desenvolvimento do  
173 entorno, considera-se que o uso público deve participar do processo de revisão do  
174 PM. Respondendo ao conselheiro Michel, Sônia disse que o uso público já tem dez  
175 vagas, constituindo o maior setor em termos de representação na oficina. Em  
176 resposta ao conselheiro Nelson, Sônia disse que a opção por permitir que cada  
177 setor escolha os seus representantes teve como motivação a ideia de que seria  
178 algo positivo, capaz de favorecer o diálogo em cada setor. Segundo a presidente  
179 do conselho, durante as discussões na CT Monitoria e Revisão do PM ficou clara a  
180 necessidade de estabelecimento de critérios, pois tais critérios vão acabar definindo  
181 as instituições que mais interagem com os parques. Após as respostas, Sônia  
182 propôs que os diálogos se concentrassem primeiramente na planilha e depois nos  
183 critérios. Com a palavra, o conselheiro Nelson disse ter ouvido da Sônia que a  
184 decisão sobre a participação das instituições seria tomada pelo conselho. Sônia se

#### 4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

185 manifestou dizendo que nunca havia dito isso. Nelson então disse que havia uma  
186 diferença de entendimento, que poderia ser esclarecida com a consulta à gravação  
187 de reunião anterior, e perguntou sobre a previsão legal para a participação do  
188 conselho na revisão do PM. Sônia disse que a previsão legal não diz respeito à  
189 participação na oficina. Retomando a fala, Nelson disse que as instituições que não  
190 estão no conselho não têm condições de analisar o atendimento de critérios. Outro  
191 ponto abordado pelo referido conselheiro foi a disparidade estabelecida na reunião  
192 setorial na qual havia instituições formalmente estabelecidas e pessoas físicas  
193 participando com igualdade de condições. Com base nisso, disse que seria uma  
194 ingenuidade imaginar que todas as instituições que desejam participar da oficina  
195 vão considerar os critérios estabelecidos e propôs que as representações de cada  
196 setor fossem deliberadas pelo conselho. Com a palavra, Sônia passou a tratar das  
197 propostas de alterações na planilha do número de vagas. Quando o conselheiro  
198 Nelson disse que gostaria que a presidente do conselho comentasse sobre as  
199 questões que ele havia colocado, Sônia disse que responderia quando chegasse o  
200 momento de discutir os critérios. Lembrando da fala da conselheira Letícia sobre o  
201 geoparque ser constituído por um consórcio entre municípios, Sônia perguntou o  
202 que a Plenária pensava sobre o assunto. Com a palavra, o convidado Leandro  
203 Bazotti afirmou que os objetivos do Geoparque extrapolam os objetivos dos  
204 municípios. Dessa forma, tirar a vaga do Geoparque representaria a perda de  
205 bastante contribuição. Com a palavra, o conselheiro Marcelo Pupim manifestou sua  
206 concordância com as considerações do convidado Leandro Bazotti e disse que não  
207 via razão para alterar a planilha do número de vagas. Fazendo uso da palavra,  
208 Sônia falou da dificuldade para identificar/contatar associações de moradores do  
209 interior e entorno dos parques nos municípios de Praia Grande e Jacinto Machado.  
210 Então perguntou se havia algum conselheiro do município de Jacinto Machado  
211 participando da assembleia naquele momento. Após a identificação do conselheiro  
212 Leandro Borella, representante do COMTUR de Jacinto Machado, Sônia perguntou  
213 sobre a existência de alguma associação que represente os moradores do interior  
214 e entorno dos parques naquela região. Com a palavra, Leandro disse que haveria  
215 uma assembleia do COMTUR no início do mês de maio e esse assunto poderia ser  
216 discutido. A pedido da Sônia, Eridiane fez a leitura da proposta do Instituto Curicaca  
217 inserida no chat: a. Substituir o Geoparque pelo IBAMA; b. Substituir a



#### **4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

218 concessionária por mais uma ONG. Com a palavra, Sônia manifestou opinião  
219 favorável à manutenção da vaga para a concessionária, afirmando que, pelo  
220 contrato, a concessionária pode propor atividades. Portanto, seria interessante que  
221 a empresa levasse as suas propostas à oficina. Com a palavra, Nelson disse que  
222 a planilha mostra a concessionária como um setor inteiro, alçada, portanto, a um  
223 grau de importância absolutamente desproporcional em comparação com outros  
224 entes que compõem o conselho. Sônia então explicou que a concessionária não  
225 constitui um setor inteiro, mas integra o setor de uso público. Com a palavra, o  
226 conselheiro Kauê Mateus Bellettini, representante da Secretaria de Turismo de  
227 Praia Grande, comentou sobre a questão das associações de moradores, dizendo  
228 que o ICMBio poderia procurar a Associação Mãe dos Homens e a Associação da  
229 Vila Rosa. Com a palavra, o conselheiro Andrews perguntou se havia mais alguma  
230 ONG interessada em participar da oficina de revisão do PM. Na oportunidade,  
231 também afirmou que a elaboração da planilha levou em conta os agentes que  
232 realmente interagem com os parques e sobre os quais os parques têm influência  
233 direta na vida dessas pessoas. Andrews Ernesto Mohr, representante da ASG,  
234 também disse que o PM deve ser exequível e capaz de atender a realidade dos  
235 parques e ao mesmo tempo consiga fazer com que os parques cumpram os seus  
236 objetivos e contribuam com o desenvolvimento sustentável das comunidades  
237 locais. Acrescentou que a concessionária precisa participar por ter um contrato de  
238 trinta anos com o Estado e ser responsável por estruturar o processo de visitação  
239 nos parques. Na oportunidade, também afirmou que o olhar para o PM deve ser  
240 mais realista, no sentido de questionar quem são os atores que realmente  
241 interagem com os parques e são influenciados pelas ações que os parques  
242 proporcionam. Com a palavra, Sônia manifestou sua concordância com a fala do  
243 conselheiro Andrews, especialmente por ter expressado o que a equipe local do  
244 ICMBio vinha falando sobre o processo de revisão do PM. Fazendo uso da palavra,  
245 a servidora Eridiane disse que na página 66 do Roteiro Metodológico de Elaboração  
246 e Revisão do PM consta ser papel da equipe da unidade de conservação identificar  
247 pessoas chave e fazer uma lista preliminar para participação na oficina, a qual deve  
248 ser discutida e acordada com a equipe de planejamento do PM. Como não havia  
249 ninguém inscrito para falar, Eridiane leu as mensagens do chat, onde a conselheira  
250 Jaqueline Posser Gallina dizia que a maioria dos representantes mencionados na



#### 4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

251 fala da Sônia não atendiam aos critérios propostos. Também perguntou se alguém  
252 que não faz parte do conselho poderia ser indicado como representante de setor.  
253 Em resposta, Sônia disse que sim. Como exemplo, mencionou o caso do Povo dos  
254 Peraus, que não possui um representante direto, mas interage com o parque por  
255 morar no interior da unidade de conservação. Na mesma linha, defendeu a  
256 participação do Geoparque por considerar que se trata de atores que estão muito  
257 próximos dos parques. Como não havia pessoas inscritas para falar, Sônia propôs  
258 que fossem votadas as propostas feitas na assembleia para a composição dos  
259 participantes. Iniciou colocando em votação a proposta do Instituto Curicaca, de  
260 retirar da lista o Geoparque e colocar na vaga o IBAMA, que teve somente um voto  
261 favorável e duas abstenções (FGM e UNISINOS), permanecendo, assim, o  
262 Geoparque como participante. A segunda proposta, também do Instituto Curicaca,  
263 envolveu a retirada da vaga da concessionária dos parques e a oferta da vaga a  
264 uma ONG ambientalista. Colocada a proposta em votação, houve três votos  
265 favoráveis e uma abstenção (FGM), permanecendo, assim, a concessionária como  
266 participante da oficina. Na sequência, Sônia colocou em votação a aprovação da  
267 planilha contendo a lista dos setores e as vagas propostas para participação na  
268 oficina de revisão do PM, solicitando que aqueles que não aprovavam a planilha,  
269 se manifestassem. Durante a votação, o conselheiro Pablo Lehmann Albornoz,  
270 representante da PUC-RS, perguntou se não havia sobreposição entre os setores  
271 denominados “condutores e agências” e aquele denominado “uso recreacional”.  
272 Sônia explicou que o uso recreacional não envolve atividade econômica, enquanto  
273 os condutores e agências constituem atividades econômicas. O conselheiro Pablo  
274 então perguntou sobre a questão do equilíbrio entre setores/instituições ligados à  
275 conservação e ao uso público. Sônia respondeu que havia um quadro menor,  
276 exibido juntamente com a planilha de participantes, que indicava as proporções  
277 entre os setores. Com a palavra, o conselheiro Andrews perguntou se o conselheiro  
278 Pablo considerava existir divergências ou conflitos entre os objetivos dos setores  
279 de uso público e aqueles do setor de conservação. O conselheiro Pablo respondeu  
280 que pode haver conflito, caso haja alguma área visada para uso público e seja,  
281 também, um *hotspot* de biodiversidade, por exemplo. Continuou dizendo que a ideia  
282 de equilíbrio ou paridade entre os setores também se justifica pela possibilidade de  
283 situações nas quais as decisões sejam tomadas mediante votação. Com a palavra,

#### 4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

284 o conselheiro Andrews disse que em casos de *hotspot*, não se poderia colocar em  
285 risco as espécies dentro de uma unidade de conservação de proteção integral.  
286 Fazendo uso da palavra, Sônia perguntou se o conselheiro Pablo teria alguma  
287 proposta a fazer nesse sentido de equilibrar melhor a proporção entre os setores  
288 de conservação e de uso público. Como resposta, o conselheiro Pablo propôs a  
289 disponibilização de mais uma vaga para a conservação, a fim de alcançar o mesmo  
290 número de vagas do uso público. Diante do limite de trinta vagas, Sônia sugeriu  
291 que o conselho analisasse a possibilidade de disponibilizar uma vaga para a  
292 conservação, caso alguma associação de moradores de Praia Grand e Jacinto  
293 Machado não indicasse representantes. Fazendo uso da palavra, o conselheiro  
294 Nelson manifestou apoio à sugestão da Sônia e perguntou se havia mais alguma  
295 ONG interessada em participar da oficina, além das duas que já participam do  
296 conselho. Com a palavra, Eridiane informou que, na reunião das ONGs,  
297 participaram o Instituto Curicaca, o Instituto MIRA-SERRA e a ONG Ingá. Fazendo  
298 uso da palavra, Sônia propôs duas votações. A primeira seria a disponibilização de  
299 uma vaga para a conservação caso houvesse desistência de associações de  
300 moradores de Praia Grande e Jacinto Machado. Não houve manifestação contrária  
301 à proposta e o Instituto Curicaca se absteve da votação, ficando aprovada a  
302 proposta de disponibilizar a vaga se alguma associação de moradores (Praia  
303 Grande ou Jacinto Machado) caso não houvesse interesse de algum desses  
304 coletivos em participar da oficina. Com a palavra, a conselheira Mardiore T. Pinheiro  
305 dos Santos, representante da UFRGS, disse que havia acabado de conversar com  
306 o prof. Paulo Brack, representante da ONG Ingá, e ele havia manifestado o  
307 interesse em participar. Com a palavra, Sônia colocou em votação a planilha toda.  
308 Solicitou que aqueles que não concordavam com a planilha se manifestassem  
309 através do sinal da “mãozinha”. Com apenas uma manifestação contrária (Instituto  
310 Curicaca), a planilha foi aprovada. Definida a planilha de setores e o número de  
311 vagas, Sônia propôs que o conselho discutisse os critérios para a escolha dos  
312 participantes dos setores. Disse que os critérios propostos acabariam favorecendo  
313 a escolha de representantes com maior vinculação com os parques. Com a palavra,  
314 Nelson fez considerações sobre o processo de escolha de representantes,  
315 chamando a atenção para expressões normalmente utilizadas por servidores do  
316 ICMBio, tais como “nós queremos”, “nós temos a intenção”, para se referir à

#### **4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

317 representação da sociedade civil. Disse que embora ele perceba a boa intenção  
318 por trás dessas falas, ela reflete uma certa tutela sobre a sociedade civil. Em suas  
319 ponderações disse que a sociedade não tem que querer algo sobre a sociedade  
320 civil, que tem que querer é a própria sociedade civil. Em sua fala, também destacou  
321 que uma instituição que não esteja no conselho terá muita dificuldade em analisar  
322 os critérios propostos, visto que tais informações não estão dadas a priori. Também  
323 perguntou sobre a previsão legal para o estabelecimento de critérios para  
324 possibilitar que instituições que não estão no conselho participem da oficina. Sônia  
325 respondeu que não há previsão legal, por isso a questão dos critérios estava sendo  
326 colocada como proposta. Disse que essa ideia partia da intenção de oportunizar  
327 diálogos entre as instituições de cada setor. Com a palavra, o conselheiro Nelson  
328 perguntou se o conselho iria deliberar sobre a escolha dos participantes ou se a  
329 definição dos participantes seria feita de outra forma. Em resposta, Sônia disse que  
330 cada setor iria escolher seus representantes e informar o ICMBio. Diante da  
331 resposta, o conselheiro Nelson disse que havia uma dificuldade prática, pois na  
332 reunião do setor “uso recreacional”, o ICMBio não havia solicitado que a FGM  
333 organizasse o encontro. Se isso tive acontecido, as demais instituições e pessoas  
334 que participaram da reunião perceberiam a FGM como um ente que estava  
335 organizando o setor. Agora, ficaria difícil para a FGM, na condição de estar  
336 disputando vaga com as demais instituições do setor, dizer aos demais que o  
337 ICMBio solicitou que a FGM capitaneasse a iniciativa de escolha dos  
338 representantes do uso recreacional para a oficina. Com a palavra, Sônia disse que  
339 o ICMBio não iria se envolver no processo de escolha dos representantes dos  
340 setores. Dito isso, colocou em votação duas propostas: a. cada setor escolhe seus  
341 representantes de acordo com o número de vagas estabelecido; b. o conselho  
342 escolhe os representantes de cada setor. No momento da votação havia doze  
343 conselheiros na assembleia, representantes de diferentes instituições. Dentre os  
344 doze, nove deles votaram optaram pela primeira proposta (cada setor escolhe seus  
345 representantes), dois conselheiros optaram pela segunda proposta (o conselho  
346 escolhe os representantes dos setores) e houve uma abstenção. Encerrada a  
347 votação, Sônia propôs que fossem discutidos os critérios para a escolha dos  
348 representantes. Com a palavra, o conselheiro Pablo sugeriu que o primeiro critério  
349 fosse a disponibilidade para participar. Fazendo uso da palavra, o conselheiro

#### **4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

350 Nelson destacou mais uma vez a sua preocupação com a dificuldade para os  
351 setores escolherem seus representantes sem a mediação de um agente externo.  
352 Ao mencionar o critério de disponibilidade, disse que todas as instituições  
353 envolvidas na disputa de vaga iriam afirmar que têm disponibilidade. Sônia então  
354 perguntou se seria o caso de colocar a disponibilidade como condição e não como  
355 um critério. Com a palavra, a conselheira Larissa Rosa de Oliveira, representante  
356 da UNISINOS, disse que a questão da disponibilidade deve ser o primeiro critério.  
357 Com a palavra, Sônia perguntou se a questão da disponibilidade poderia ser  
358 colocada na comunicação aos setores como condição fundamental para a  
359 indicação de representantes dos setores. Com a palavra, Eridiane sugeriu que ao  
360 invés de critérios a comunicação aos setores tratasse de questões importantes a  
361 serem consideradas na escolha dos representantes. Fazendo uso da palavra,  
362 Sônia disse que isso poderia dificultar a escolha dos representantes dos setores.  
363 Na oportunidade, Sônia perguntou se a Plenária aprovava o conjunto de critérios  
364 ou gostaria de acrescentar mais algum. Com a palavra, a conselheira Letícia  
365 sugeriu que um dos critérios fosse o equilíbrio entre instituições do Rio Grande do  
366 Sul e de Santa Catarina. Com a palavra, o conselheiro Nelson afirmou que, quando  
367 se considera a realidade prática do conselho, percebe-se que a questão da  
368 paridade entre os dois estados não tem funcionado. Assim, uma ideia que visa  
369 assegurar a pluralidade pode acabar engessando o processo de escolha de  
370 representantes para a oficina. Com a palavra, o conselheiro Andrews disse que a  
371 questão do equilíbrio ou paridade entre os dois estados se torna difícil porque as  
372 realidades dos dois estados em relação aos parques são diferentes, indicando que  
373 a proporção entre os dois estados não pode ser 1 por 1. Como não houve consenso  
374 sobre a questão do equilíbrio entre os estados, Sônia colocou o assunto em  
375 votação. Solicitou que aqueles que quisessem manter o critério de equilíbrio se  
376 manifestassem. Como houve somente um voto favorável, o critério foi retirado. Na  
377 sequência, Sônia disse que o ICMBio iria elaborar uma minuta de texto de e-mail e  
378 enviaria à CT Monitoria e Revisão do Plano de Manejo para análise sobre a clareza  
379 do texto antes do envio. Encerrado esse ponto de pauta, a secretaria do conselho  
380 comunicou que não haviam sido contemplados o ponto de pauta sobre a revisão  
381 do regimento e aquele relacionado aos informes gerais. Assim, ficou acordado que  
382 a questão da revisão do regimento interno ficasse para a próxima reunião ordinária,

**4ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

383 a ser discutido logo após a aprovação das atas. Nada mais havendo a tratar, Sônia  
 384 agradeceu aos participantes e declarou encerrada a assembleia, e eu, Oseias  
 385 Cordeiro Sartori, lavrei a presente ata.

**ENCAMINHAMENTOS**

<b>RESOLUÇÕES</b>	
01	Discutir a revisão do regimento interno logo após a aprovação das atas.

**ANEXO**

**LISTA DE PRESENÇA**

	<b>PARTICIPANTE</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
1	Sônia Maria Sfair Kinker	Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio	Presidente
2	Andrews Ernesto Mohr	Associação de Agências da Serra Geral - ASG	Conselheiro Titular
3	Nelson Brügger	Federação Gaúcha de Montanhismo - FGM	Conselheiro Titular
4	Leandro Lima Borella	Conselho M. de Turis. de Jacinto Machado - COMTUR	Conselheiro Titular
5	Mardiore Pinheiro	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Conselheira Titular
6	Lisiane Becker	Instituto MIRA-SERRA	Conselheira Titular
7	Jaqueline Posser Gallina	Instituto Federal Catarinense – C. Santa Rosa do Sul	Conselheira Titular
8	Ketulyn Füster Marques	Sec. de M. A. e Inf. do E. do Rio Grande do Sul - SEMA	Conselheiro Titular
9	Michel Quadros Velho	Assoc. dos C. L. de E. e T. de A. de C. S. - ACONTUR	Conselheiro Titular
10	Paulo A. Ribeiro Nardes	Assoc. dos Emp. Tur. De Cambará do Sul - AETURCS	Conselheiro Titular
12	Pablo César L. Albornoz	Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC/RS	Conselheiro Titular
13	Marcelo Stradiotto Pupim	Assoc. Praiagrandense dos E. de Turismo - APETUR	Conselheiro Titular
14	Kauê Mateus Bellettini	Secretaria de Turismo de Praia Grande	Conselheiro Titular
15	Vilson José do N. Júnior	Secretaria de Turismo de Mampituba	Conselheiro Titular
16	Stephany da S. Brugnera	Conselho Municipal de Turismo de Jacinto Machado	Conselheira Titular
17	Aurélio Alves de Lima	Assoc. de Moradores de Morro Agudo e Morro Grande	Conselheiro Titular
18	Maria Rita dos Santos	Assoc. Remanescente de Quilombo São Roque	Conselheira Suplente
19	Larissa Rosa de Oliveira	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	Conselheiro Suplente
20	Murilo dos Santos Pioner	Sec. Mun. de Agric. e Meio Amb. de Praia Grande	Conselheiro Suplente
21	Letícia Bolzan	Instituto Curicaca	Conselheira Suplente
22	Jeferson Arruda	Federação Gaúcha de Montanhismo	Convidado
23	Eridiane Lopes da Silva	Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade – ICMBio	Equipe Técnica
24	Deonir G. Zimmermann	Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade – ICMBio	Equipe Técnica
25	Paulo S. Campos Avelar	Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio	Equipe Técnica
21	Ana Paula Velho Pereira	Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio	Equipe Técnica
22	Oseias C. Sartori	Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio	Equipe Técnica